

## O AGENTE COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO COMO FORMA DE AUXILIAR NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS

Maria Venâncio Lima (1); Maria das Neves Gonçalves (2).

mariavenancio01@gmail.com (1); mestre.neves@hotmail.com (2).

**Resumo:** Este artigo traz uma discussão sobre a educação contemporânea e os desafios a serem superados, aprendizagem insatisfatória e insuficiente, evasão escolar, infrequência dos alunos, repetência, aulas ministradas não contemplando a realidade cotidiana do aluno, a falta de auxílio e acompanhamento individual, etc. Para diminuir tais problemas o presente trabalho apresenta uma sugestão de auxílio, adotar o Agente Comunitário de Educação realizando visitas domiciliares, elaborando relatórios da situação em que o aluno e sua família se encontram, participando de reuniões e traçando planos estratégicos de ajuda a esses alunos. Para isso, realizamos pesquisas teóricas com contribuições de autores tais como: Freire (1996); Plano Nacional de Educação (2014); Piaget (1996) e (2007); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Arroyo (2000) e (2012); Saviani (2009); Gentili (1995); Gouveia (2006); Habermas (1997); Weber (2001); Sacristán (2001); Rapaport (1984), Esteves (2004); Silva (2003); Luckesi (1994); entre outros que fundamenta nossa abordagem sobre a educação de qualidade e os desafios que a mesma enfrenta para melhorar seus índices de rendimentos e permanência do aluno na escola. Dessa forma é mencionado sobretudo a importância de um Agente Comunitário de Educação que auxilie os professores, o núcleo gestor e os alunos na superação de tantos problemas contemporâneos que afetam diretamente a educação que deveria ser ofertada de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Agente comunitário, Educação, Transformação, Aprendizagem significativa.

### INTRODUÇÃO

A educação deve ser base do desenvolvimento social, econômico e sustentável. Não basta garantir o acesso a todos com matrículas e aulas constantes, mas necessita, acima de tudo, promover mecanismos de melhorias na oferta e na possibilidade de permanência do aluno na escola.

Sabe-se que, a educação não se faz sozinha, nela deve haver uma enorme articulação entre os diversos sujeitos: alunos, professores, núcleo gestor, família, comunidade, poder público e privado, entre outros. Segundo Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), a proposta de educar por meio de um constante diálogo com o universo sociocultural dos estudantes numa visão de

acesso à educação, no entanto não é só colocar as crianças e adolescentes nas escolas, se faz necessário rever a questão da qualidade, como nós professores estamos ensinando? A formação desses alunos está sendo satisfatória? Como os alunos estão chegando às escolas e como eles estão saindo? Como está sendo retratada a realidade cotidiana desses alunos? São muitos questionamentos que necessitam de respostas, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

O presente trabalho tem como objetivo apontar sugestões de monitoramento e acompanhamento dos estudantes e suas famílias em suas respectivas residências, um trabalho semelhante ao trabalho do agente comunitário de saúde que diariamente está realizando esse acompanhamento individual, seja para quem está com muitas dificuldades, seja para quem não apresenta baixo rendimento na aprendizagem.

Atualmente, no Plano Nacional de Educação há metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade a serem colocadas em prática com o objetivo de melhoria da aprendizagem, contudo essa garantia estabelecida no PNE ainda não contempla na prática a qualidade na aprendizagem. São muitos desafios a serem superados: famílias desestruturadas, a pobreza e a pobreza extrema, transporte escolar deficiente, alimentação escolar insuficiente, falta de material didático e profissionais com falta de formação continuada. Não basta matricular os alunos na escola (inclusão). É necessário matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire 1996).

O Agente Comunitário da Educação é um mediador de conhecimentos de forma mais ampla; é preciso o professor ensinar a conhecer. Por sua vez, conhecer é construir categorias de pensamento, dizia, Piaget (1996), para compreender o mundo e poder transformá-lo, completava Paulo Freire. Na realidade atual da tecnologia, na informação em tempo real, da obrigatoriedade estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 que as crianças e adolescentes de 04 aos 17 anos deverão está matriculados e estudando, porém não é bem está acontecendo, muitos são matriculados, porém não conseguem permanência na escola e não conseguem concluir a educação básica e, quando a concluem apresentam enorme deficiência na aprendizagem, sendo os mesmos classificados atualmente, como analfabetos funcionais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Educação de qualidade para todos os brasileiros

A educação brasileira no início era elitizada poucos brasileiros tinham a oportunidade de estudar. A exclusão no acesso a educação como um ato de discriminação cultural, intelectual e moral, muitas lutas foram realizadas para conseguir esse acesso à educação para todos, porém quando conseguiram esse direito, ao chegarem nas escolas crianças e adolescentes encontraram um ambiente totalmente distinto ao seu, e não conseguem se identificar com as lógicas, as normas, as estruturas que orientam a vida escolar. Não são também reconhecidos como sujeitos que têm cultura, história e identidade própria a ser valorizada e trabalhada. Esses sujeitos deixam de serem reconhecidos como cidadãos que fazem parte da sociedade e que necessitam de assistência. Pelo contrário, são vistos como um problema, “déficit” e passam a fazer parte das estatísticas.

Procurando ocupar a escola, deixando nela sua marca com a busca de superação desse modelo, diz Arroyo:

nesse quadro de exclusividade pedagógica tão institucionalizada resulta politicamente desestruturante que seres pensados inferiores, portadores de saberes e façam desse território tão cercado um campo de disputa política. “Ocupemos o latifúndio”. É pedagógico que resistam aos currículos, às instituições da ciência moderna tão cercadas com a mesma lógica política com que lutam contra as cercas da propriedade privada do agronegócio, que aproximem a luta de reforma agrária com as lutas pela reforma educacional. Que articulem as lutas pelo direito a terra, e a vida com direito ao conhecimento, à escola, à universidade. (ARROYO, 2012, p. 33)

Nessa luta, eles vão mostrando que a escola pode e deve ser um espaço de transformação social, com comprometimento a construção de um mundo menos desigual, mais justo e democrático e, por isso mesmo, mais diverso e com mais oportunidades.

Hoje com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996, aponta a obrigatoriedade na educação de crianças e adolescentes de 04 aos 17 anos, concluindo então a educação básica.

Com a obrigatoriedade veio também a enorme demanda de estudantes nas escolas com diversos desafios a serem enfrentados, historicamente, as escolas e os professores sempre tiveram muita dificuldade para trabalhar com a diversidade: a cultura, gênero, vivência social, falta estrutura familiar e com ela alunos chegam nas salas de aulas sem estímulo para estudar, isso quando chegam, ritmos de aprendizagem diferentes, entre outros desafios.

A dificuldade que os professores enfrentam para trabalhar com a diversidade em sala de aula reflete no baixo rendimento apresentado na educação pública brasileira nos últimos anos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado ao Brasil em março de 2007, é focalizado por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril do mesmo ano, normatizando o documento, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, sendo a referência básica do PNE.

A composição global do PNE agregou, já na origem, outras 29 ações que, no processo de execução do Plano, foram ampliando-se de tal modo que, em março de 2009, o site estampa, no âmbito do PDE, 41 ações. Na verdade, o denominado PDE aparece com um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC (SAVIANI, 2009, b, p.5).

Ao que se percebe, foram várias ações que o Plano de Desenvolvimento da Educação permeou para ser colocado em prática posteriormente, entretanto com o resultado atual do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do Brasil com 3,9 em 2017<sup>1</sup>, evidenciando a falta de resultados satisfatórios e dessa forma, ainda não conseguiu alcançar sua meta na média nacional seis, pois as propagandas noticiadas pelo país é que a qualidade da educação básica é para todos, porém não é bem o que aponta as avaliações externas. É necessário discutirmos e analisarmos as causas dessa falta de qualidade, como diz Gentili, “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (Gentili, 1995: p.177).

O planejamento com análise da realidade atual da educação pública brasileira, com foco nas dificuldades apresentadas em cada região, estado e cidade, é necessário ser realizado com urgência, como aponta Gouveia, “um caminho para garantir uma educação pública de qualidade” (Gouveia, 2006: p. 84). Essa qualidade deverá ser apontada mediante os resultados das avaliações externas,

<sup>1</sup> [www.inep.com.br](http://www.inep.com.br) Acesso em: 16/09/2018

acompanhamento periódico do Agente Comunitário de Educação, das famílias, da escola, das secretarias de educação, etc.

Nos novos paradigmas sociais, a educação é a peça-chave do desenvolvimento de uma nação, pois a verdadeira batalha para se superar hoje o capitalismo que está se dando no campo do conhecimento, como previa Habermas (1997). A nossa existência é definida por nosso modo de produzir e reproduzir, tornando o conhecimento o meio de produção, para Max com sua definição do modo de produção, com a generalização do acesso ao conhecimento, quando mudamos nosso modo de produção, e, conseqüentemente, nossas relações sociais, podendo ser mais justas e mais igualitárias.

O novo modelo de educação deve pautar seus objetivos na formação integral do estudante, desde a infância a juventude, preparando-os seja para o mercado de trabalho altamente competitivo, seja para ser um cidadão de bem e de direitos garantidos na prática. Muitos estudantes, principalmente os pobres, questionam para que estudar tanto, se as oportunidades de trabalho estão lhes faltando?

Para que a escola possa cumprir seu papel de ensinar e o aluno aprender, não bastando somente aulas ministradas em sala de aula pelos professores, na sociedade contemporânea onde predomina a constante inovação seja por parte da tecnologia e que as escolas não têm o devido acesso as essas meios tecnológicos para ministrar aulas diferentes, seja pelas mudanças cotidianas sociais de falta de segurança, saúde, oportunidades de um emprego digno para os cidadãos, saneamento básico, habitação, etc., afetando a vida de milhões de cidadãos brasileiros que não conseguem encontrar uma saída e, a educação sozinha não consegue obter êxito nos rendimentos, portanto como afirma José Gimeno Sacristán:

O mecanismo de normatização que define o êxito (para os que se incluem na norma) e a exclusão (para os que ficam fora da norma) se viu reforçado no momento em que a escolarização tornou-se realmente obrigatória para todos. Quando a escolarização universal não é real, a exclusão dos que superam a norma não é necessária, pois os candidatos à exclusão nem sequer comparecem às escolas. Quando a frequentam, mas permanecem nelas por pouco tempo e as abandonam, acontece a mesma coisa. Mas quando a obrigatoriedade torna-se efetiva, aparece a ideia de fracasso escolar como marca interna, tornando-se uma espécie de atipicidade que se transforma em

uma forma de exclusão que afeta, agora, os que permanecem dentro das escolas. (GIMENO SACRISTÁN, 2001, p. 79).

A escola como sendo um espaço de diversidade de grupos sociais com ideias comuns e ao mesmo tempo diferentes, devem harmonizar seus ideais e ideologias tornando convergentes as decisões e ações a serem tomadas no coletivo, levando em consideração justamente essas diferenças presentes entre os alunos.

### **Os dez princípios da aprendizagem e seus desafios cotidianos**

No mundo contemporâneo em constante processo de transformações sociais, tecnológicas, afetivas, comunicacionais, familiares, etc., as mudanças ocorridas na sociedade vêm acarretar problemas e dificuldades de uma educação de qualidade apontada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996.

Alguns princípios podem ser considerados fundamentais e centrais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, de maneira que, se forem seguidos, poderão contribuir para a efetiva prática da aprendizagem. Destacamos os seguintes, como menciona Rapaport (1984):

1. A história do aluno deve ser considerada no processo de ensino.

Isso quer dizer que os alunos são diferentes, suas famílias, se são da zona rural ou urbana, se têm acesso aos modernos meios de tecnológicos e informacionais, seu modo de pensar e agir, seu ritmo de aprendizagem, tudo deve ser levado em consideração e deve ser trabalhado, de modo que se deve dar mais atenção a quem têm mais dificuldades, fazendo da escola um espaço de equidade, ou seja, de maior igualdade.

2. A aprendizagem deve ser significativa, isto é, ser relevante para a vida do aluno e articular-se com seus conhecimentos anteriores.

Para que as aprendizagens sejam significativas, é crucial uma programação com atividades diferenciadas e criação de situações adequadas que permitam articular os vários conceitos de uma determinada disciplina com os conhecimentos prévios dos

alunos, com essa articulação dos novos conhecimentos com os antigos forma uma estrutura cognitiva.

3. O autoconceito do aluno influi em sua capacidade de aprender.

A forma como valorizamos o que conhecemos a respeito de nós mesmos, as limitações e possibilidades de crescimento, as interações que mantemos com os outros, em especial com aqueles que nos são mais significativos.

4. Aprender motiva mais quando o aluno já tem alguma ideia do que está sendo ensinado e foi informado sobre como os novos conhecimentos podem fazer sentido em sua vida.

Todas as concepções de ensino e aprendizagem concordam que a motivação é importante, pois para que o ensino se torne efetivo, é necessário que ele seja motivador e, ele é motivador quando tem significado para o aluno.

5. Elogios são uma arma poderosa para promover a aprendizagem dos alunos.

Os elogios favorecem e estimulam a construção de um autoconceito positivo, pois os alunos quando motivados por elogios e recompensados, pode acarretar em maior produtividade.

6. A aprendizagem vivenciada é duradoura.

O exercício de seus conhecimentos aplicando-os em atividades práticas, a aprendizagem fica mais sólida e eficaz.

7. As aprendizagens precisam se repetir para serem dominadas, mas a repetição deve se dar de forma interessante.

A repetição é sempre necessária para a fixação da aprendizagem, se feita de forma variada, utilizando estratégias que os estimulem com diversificação, o aluno poderá se manter interessado.

8. A aprendizagem é mais sólida quando se conhecem os erros cometidos.

O exercício de continuar aprendendo depende da consciência que se tem da natureza dos erros cometidos. Trabalhar os erros analisando a resposta do aluno,

fornecendo-lhes indicações claras e precisas acerca do que e porque errou é um caminho para a construção e reconstrução da aprendizagem significativa.

9. Quando o estilo cognitivo do aluno é entendido, ele pode aprender melhor.

É necessário que se identifiquem os modos pelos quais cada aluno se apropria do conhecimento, se de forma impulsiva ou reflexiva, de maneira rígida ou flexível, se de forma lenta ou rápida. Abordagens diferentes podem e devem ser empregadas no desenvolvimento dos conteúdos, de maneira a atender à maneira como o aluno aprende.

10. “Aprender a aprender” é fundamental para que o aluno conquiste autonomia para continuar aprendendo.

A participação do aluno no processo de aprendizagem é necessário para que o aluno adquira consciência do que sabe e perceba que é capaz de aprender, preparando-os para continuar aprendendo. Quando isso se dá, ele deverá estar apto a buscar sozinho as informações que lhes falta, assimilando e organizando seus conhecimentos, bem como empregando-os em contextos adequados.

Para que a escola seja capaz de promover tanto o desenvolvimento como a aprendizagem dos alunos, ela necessita se organizar, buscando estratégias diversificadas e motivadoras no processo de ensino e aprendizagem.

### **A função do Agente Comunitário de Educação: articulador entre família e escola**

A família como sendo uma instituição inicial de formação humana das crianças tem sofrido diversas mudanças, pais que trabalham fora, mães que deixaram de cuidar somente do lar e passaram também a trabalhar contribuindo e, até mesmo em muitos casos sustentando sozinhas suas famílias.

Diante das novas situações cotidianas que as famílias enfrentam com pais e responsáveis pelos alunos trabalhando fora e com pouco tempo para um acompanhamento efetivo, estes têm transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas, como afirma ESTEVES 2004:

no interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajando para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (ESTEVES, 2004, P. 24)

Diante do enfrentamento da falta de tempo e de estratégias possíveis e viáveis para a discussão e resolução de problemas constantes que a escola encara, sendo um deles o pouco relacionamento com a família. Segundo SILVA percebemos que em qualquer conversa informal com os professores, a família vem à baila geralmente como vilã pelas mazelas vividas no cotidiano escolar. (SILVA, 2003, p. 187).

Dessa maneira, percebe-se que, com todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história da humanidade, o Agente Comunitário de Educação é uma sugestão metodológica de aproximação entre a escola e a família, almejando uma parceria que crie uma atmosfera favorável ao desenvolvimento e aprendizagem, como diz PIAGET, 2007:

uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p. 50)

Favorecer a articulação entre professores, alunos, pais e responsáveis, buscando promover um trabalho cooperativo e interativo, unindo família, escola e comunidade escolar com o objetivo de proporcionar uma educação que vise a excelência, mantendo a assiduidade dos alunos, estimulando a permanência na escola e elevando o grau de sucesso na aprendizagem.

Para que um determinado educador possa desempenhar a habilidade/função do Agente Comunitário de Educação, que este seja um bom líder, incentivador, ativo, responsável, sensível, prudente e apaixonado pela educação. Nessa direção, coaduna-se com o pensamento que:

[...] o educador, de modo algum, poderá obscurecer o fato de que o educando é sujeito ativo e que, para que aprenda, deverá criar oportunidades de aprendizagens ativa, de tal modo o educando

desenvolva suas capacidades cognoscitivas assim como suas convicções afetivas, morais, sociais e políticas. (LUCKESI, 1994, p. 199).

Portanto, a escola deve desenvolver parcerias de ajuda coletiva, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria. Vale ainda ressaltar que com a união entre a família, escola e o Agente Comunitário de Educação, cada um com sua responsabilidade e compromisso em melhorar os resultados e rendimentos da aprendizagem dos alunos, no espírito de cooperação, pois como diz Arroyo os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas. Trocando questionamentos seus, de seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, talvez, mas trocando. (ARROYO, 2000, p. 166).

A educação está em constante processo de renovação e transformação, o Agente Comunitário de Educação como sendo uma forma de aproximação família-escola, deve estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas visando a promoção do sucesso nos rendimentos dos alunos com visitas periódicas, levantamentos de dados com as referidas causas e traçando junto com a escola metas para superação dos problemas detectados.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da pesquisa-estudo usamos como metodologia acervo bibliográficos que retratam da atual realidade da educação pública brasileira, seus desafios e fragilidades na busca de uma educação de qualidade para todos, apontando sugestões de acompanhamento individual para os estudantes e suas famílias.

O foco do trabalho a ser realizado pelo Agente Comunitário de Educação são as visitas domiciliares com conversa com os familiares e o estudante para observar inicialmente como acontece o cotidiano. Esse profissional busca superar as dificuldades enfrentadas pela escola pública. Por exemplo, se a frequência estiver baixa, observar porque está faltando às aulas, que ações alternativas a escola poderá executar para a melhoria da infrequência e do rendimento na aprendizagem

com constante motivação, sendo o articulador e mobilizador do trabalho coletivo, família, escola, comunidade.

A sociedade é moldada pelos constantes desafios para serem superados, a educação como sendo a forma de transformação econômica, social e cultural com contribuição direta para as mudanças na sociedade deve também se moldar as novas realidades, alunos evadem da escola, infrequentes, etc., essas dificuldades têm que serem trabalhadas e superadas.

Esse trabalho do Agente Comunitário de Educação será realizado semelhante ao trabalho do Agente Comunitário de Saúde, tendo que residir na área onde atua possuindo maior conhecimento da comunidade local e seus habitantes, ele é um membro da comunidade em que vive e trabalha e desta forma trabalha convivendo com a realidade local e interagem com os valores, linguagens, problemas, alegrias, satisfações e insatisfações desse ambiente. (BRAND, ANTUNES, FONTANA, 2010).

A educação deve se moldar as novas realidades com seus desafios e obstáculos, as novas exigências e perspectivas, as transformações ocorridas na sociedade, no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, as novas ideologias capitalistas globalizadas que tendem a criar reflexos na educação e na vida cotidiana e, por isso deve se adaptar a essas novas realidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final da pesquisa fica claro que a educação necessita de novos aparatos e facilitadores que venham contribuir e auxiliar para que ocorra uma aprendizagem significativa, produzindo os rendimentos esperados pelas instituições de ensino.

O Agente Comunitário de Educação deve ser um elo de comunicação entre a escola, a família e a comunidade participando ativamente do processo de aprendizagem com acompanhamento domiciliar e extra domiciliar, com o objetivo de diminuir a evasão escolar, melhorando os rendimentos da aprendizagem e, em consequência a vida escolar do aluno e de suas famílias.

Portanto, com as novas realidades educacionais uma estratégia viável e possível, é adotar o Agente Comunitário de Educação, pois os professores e o núcleo gestor não têm o devido “tempo” para realizar esse acompanhamento

individual e domiciliar com tantos afazeres na escola, projetos, atividades de reforço, aulas para serem ministradas e adaptadas às dificuldades dos alunos, atendimento aos pais que procuram a escola, alunos com enorme deficiência na aprendizagem, etc.

Conclui-se que o Agente Comunitário de Educação deve realizar um trabalho de interação escola e família, mobilizando e estimulando a participação ativa e participativa no desenvolvimento da aprendizagem cooperativa, investigando as causas da infrequência dos alunos, bem como desenvolvendo diálogos permanentes individuais com acompanhamento sistemático com o objetivo precípua de garantir a permanência do aluno na perspectiva de combater o abandono e a reprovação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de Mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRAND, Cátia Inácia; ANTUNES Raquel Martins; FONTANA, Rosane Teresinha. **Satisfações e insatisfações no trabalho do agente comunitário de saúde**. *Cogitare enferm* Jan/Mar 2010; 15 (1): 40-7.

ESTEVES, José M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GENTILI, Moacir. **O discurso como nova retórica conservadora no campo educacional**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOUVEIA, Maria Júlia Azevedo. **Educação integral com a infância e a juventude**. São Paulo: CENPEC, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Catedra, 1997

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LEI 9394 de 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento**. 2ª Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

\_\_\_\_\_. Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

RAPAPPORT, C.R. et al. **Psicologia do Desenvolvimento.** São Paulo: EPU, 1984. 4v.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC.** Campinas, Autores Associados, 2009.

SILVA, T. M. T. da. **Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada.** In: Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). **Educação para o pensar.** Campinas: Alínea, 2003.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política, In: Metodologia das ciências sociais – Parte I – Ed.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.